

Número 3, Ano 2. Volume 2, pág. 56-77, Humaitá, AM, jul-dez 2009

A ORIENTAÇÃO E A TUTORIA NO SISTEMA EDUCATIVO ESPANHOL (**).

Neves Arza Arza*

*Faculdade de Ciências da Educação - Universidade da Coruña, Espanha

RESUMO: A amplitude do tema nos obriga a realizar um percurso pelas distintas etapas do sistema educativo. Com este objetivo, a informação se organiza em duas grandes partes. Em primeiro lugar, se analisa a situação e desafios da orientação no ensino não universitário. Em segundo lugar, são estudados os mesmos parâmetros para o ensino universitário. Nosso objetivo é oferecer uma radiografia da evolução e situação atual da orientação que nos permita visualizar suas características organizativas e as problemáticas enfrentadas e que se convertem nos desafios a superar em um futuro imediato.

Palavras-chave: Orientação, Tutoria, Sistema educativo espanhol.

LA ORIENTACIÓN Y LA TUTORÍA EN EL SISTEMA EDUCATIVO ESPAÑOL

RESUMEN: La amplitud del tema nos obliga a realizar un percurso por las distintas etapas del sistema educativo. Con este objetivo, la información se organiza en dos grandes partes. Primeramente, se analiza la situación y desafíos de la orientación en la enseñanza no universitaria. Enseguida, son estudiados los mismos parámetros para la enseñanza universitaria. Nuestro objetivo es ofrecer una radiografía de la evolución y situación actual de la orientación que nos permita visualizar sus características organizativas y las problemáticas enfrentadas y que se convierten en los desafíos a superar en un futuro inmediato.

Palabras-clave: Orientación, Tutoría, Sistema educativo español

(**)Tradução: Suely Mascarenhas/UFAM

1. A orientação no ensino não universitário.

Para o ensino não universitário¹, o ponto de inflexão no desenvolvimento da orientação está representado pela reforma educativa auspiciada pela Ley de Ordenación del General del Sistema Educativo de 1990. (LOGSE)². A aplicação desta Lei significou grandes avanços na institucionalização da orientação. Antes de descrever estes resultados, realizamos uma breve referência histórica à etapa anterior.

1.1. Os primeiros passos na institucionalização da orientação

A modo de síntese, destacamos as características mais relevantes do desenvolvimento da orientação no período de vigência da Ley General de Educación, que se estendeu desde 1970 até principios da década dos anos noventa :

- neste período começa o proceso de institucionalização da orientação e, sobretudo, o reconhecimento da mesma dentro do sistema educativo.
- Se primou pela institucionalização legal mais que a real. A normativa legal que previa a criação de serviços de orientação nos centros não chegou a aplicar-se. Faltaram vontade política decidida e recursos econômicos suficientes.
- O modelo institucional desenvolvido foi o de serviços externos. Sua prática orientadora apresentava as características próprias do modelo clínico ou de serviços: atenção a um setor parcial da população escolar – os estudantes com problemas-, atuação não sistemática, reativa e terapêutica (Escudero y Moreno, 1992; Álvarez Rojo, 1993; Menéndez, 1998). O principal resultado deste período foi a criação de uma rede de serviços externos. Na maioria das Comunidades Autônomas (CCAA), só atuavam no ensino infantil e no obrigatório.
- A prática tutorial se limitou às funções administrativo-burocráticas (controle de faltas às aulas, informação aos pais, distribuição entre os estudantes do boletim de rendimento/notas...). Este reducionismo foi

¹ O Ensino não universitário se organiza nas seguintes etapas: Educação Infantil, Educação Primária, Educação Secundária Obrigatória, Bacharelado e Formação Profissional. O ensino obrigatório abarca 10 anos e compreende a Educação Primária (6 anos) e o Ensino Secundário Obrigatório (4 cursos). O Bacharelado consta de dois cursos, é a etapa prévia de acesso à Universidade. A Formação Profissional se organiza em dois níveis: os ciclos formativos de Grau Médio e os de Grau Superior. Aos primeiros, se acede com a titulação de Educação Secundária Obrigatória. Para os de Graus Superiores se requer o Bacharelado, permite o acesso ao ensino universitário.

² Desde 1990 foram promulgadas três Leis: A Lei de Ordenação Geral do Sistema Educativo (LOGSE) de 1990, A Lei Orgânica de Qualidade da Educação de 2000 (LOCE) e a Lei Orgânica de Educação de 2006 (LOE). Na atualidade continua vigente o sistema de orientação elaborado a partir da LOGSE.

favorecido pela ausência das condições necessárias para seu desenvolvimento: não disponibilidade de tempo para sua realização, carência de assessoramento especializado, indefinição de funções e ausência de formação inicial e contínua no âmbito tutorial.

- O desenvolvimento da orientação não foi homogêneo para as distintas etapas. O Ensino Médio foi o grande abandonado. Esta situação começa a corrigir-se, aos finais da década de oitenta, com a implantação de projetos experimentais de orientação pelos quais se responsabiliza um professor da escola. As condições nas quais se realiza esta iniciativa contribuíram para a desprofissionalização da orientação. A função orientadora, em muitos casos, ficou em mãos de professores sem a formação e titulação adequadas. Além do mais, tão pouco se planejou uma formação em exercício adequada para a superação das carências formativas iniciais (Arza, 1995,1997).

1.2. O modelo institucional de orientação que nasce e se desenvolve a partir da década de noventa.

Como já adiantamos, a partir dos anos noventa produziu-se o maior progresso na institucionalização da orientação. Em seguida, se descrevem componentes organizativos e funcionais do novo sistema de orientação e a concepção da orientação que subjaz ao mesmo.

1.2.1. Concepção da orientação

O novo sistema de orientação se apoia numa concepção da mesma superadora de hábitos de trabalho obsoletos, que, em boa medida, estavam presentes na prática orientadora gerada na etapa anterior. A orientação se define com os seguintes atributos:³:

- A orientação é considerada um direito dos estudantes, um fator fundamental para a melhoria da qualidade do ensino.
- A orientação é um processo contínuo presente em todas as etapas educativas.
- Sem abandonar sua dimensão mais remediativa, a orientação se apresenta como uma atividade preventiva e sistemática. A respeito, são significativos os eventos de assessoramento em questões curriculares e de promoção da inovação atribuídos aos serviços de orientação.

³ Estes atributos estão de uma maneira explícita na normativa legal que regula a orientação e nos documentos prévios e posteriores à promulgação da LOGSE nos quais são descritos o sistema de orientação.

- A orientação é uma tarefa compartilhada por toda a equipe docente e assistida pelos serviços especializados. Neste marco, a tutoria se configura como a função orientadora integrada na função docente, pela qual são responsáveis todos os professores, os tutores e os não tutores.
- A orientação é uma atividade educativa planejada que forma parte da oferta educativa das etapas. Seus objetivos, conteúdos, atividades e processos de avaliação figuram em programas específicos: o plano de ação tutorial, medidas de atenção à diversidade e plano de orientação acadêmica e profissional.
- A orientação profissional atende uma dupla finalidade: a configuração do itinerário acadêmico e profissional e a transição para a vida ativa. Também, se lhe atribui uma função não discriminatória, de promoção da igualdade de oportunidades entre os sexos.

1.2.2. Componentes organizacionais e funcionais

A nível organizacional o novo sistema de orientação se articula em três níveis de intervenção: a) a tutoria b) os serviços de orientação externos c) os serviços de orientação internos⁴.

Com relação com os serviço de orientação, a maioria das Comunidades Autônomas⁵ institucionalizam um sistema de orientação diferenciado, um para o ensino infantil e primário, outro para o ensino secundário. Para as primeiras etapas, se opta pelos serviços externos, todavia, no ensino secundário foram criados serviços internos.

1.2.2.1. A tutoria

A tutoria é a função orientadora que compete aos professores realizar constitui o nível básico da ação orientadora. Aa LOGSE define a tutoria como uma função inerente à docência. A atual Lei de Ordenação da Educação (LOE) de 2006, dá um passo a mais e concretiza seus âmbitos de atuação nas funções descritas para os professores.

A tutoria se personaliza em um professor, o tutor de grupo. A normativa estabelece esta figura para todas as etapas do ensino não universitária. A existência desta figura não exime os demais professores das funções de

⁴ O critério externo/interno se estabelece em relação con aplicação do serviço, dentro ou fora do centro educativo. Também, alude ao alcance das atuações. Como norma geral, os serviços internos desenvolvem suas atividades em un centro. Os externos atendem aos centros de um determinado espaço geográfico.

⁵ Territorialmente, Espanha se organiza em 17 Comunidades Autônomas, que se caracterizam por distintos níveis de autogoverno. Neste momento, a prática totalidade estão facultadas para desenhar seus próprios sistemas de orientação. Este fato, produz diferenças, fundamentalmente, na configuração dos serviços de orientação. Galicia y Navarra foram as duas Comunidades que, desde o princípio do processo, se decidiram pela criação de serviços internos de orientação nos centros de educação infantil e primaria. Atualmente, outras Comunidades Autônomas estão adotando esta mesma medida.

orientadores que lhes são próprias e que devem desenvolver em suas atividades docentes.

As funções dos professores tutores se dirigem aos professores do grupo, aos estudantes e aos pais e mães. As atividades dos tutores das distintas etapas educativas são muito semelhantes. A principal diferença é a orientação profissional, que só se solicita aos tutores da educação secundária.

As responsabilidades com os professores se relacionam, principalmente, com a colaboração e coordenação no desenvolvimento da ação tutorial, na atenção à diversidade dos estudantes e na metodologia e princípios de avaliação.

As funções com os estudantes abarcam as distintas áreas da orientação, o conhecimento das características pessoais e das condições sócio familiares que podem repercutir negativamente no rendimento acadêmico; a continuidade de estudos, detecção de dificuldades e necessidades especiais e a solicitação do oportuno assessoramento e apoio.

Com os pais e mães, o tutor se encarrega de proporcionar informação sobre todos aqueles aspectos relacionados com as atividades docentes e com o rendimento acadêmico dos estudantes, assim como de promover o envolvimento e cooperação educativa das famílias.

Em relação à tutoria, há que destacar a promoção de um marco organizativo favorável para seu desempenho e que se manifesta nos quatro aspectos seguintes:

- a) O tutor dispõe de uma hora semanal para a tutoria grupal nos quatro cursos da Educação Secundária Obrigatória. Este tempo se amplia a duas horas nos Programas de Garantia Social e nos Programas de Diversificação Curricular. No ensino secundário pos-obrigatório não se contempla um horário específico para a tutoria grupal o que constitui um importante obstáculo para seu desenvolvimento.
- b) No horário do professor tutor figura uma hora semanal para a atenção aos pais e mães dos estudantes.
- c) A ação tutorial é considerada uma atividade educativa a mais e se exige seu planejamento, que se torna um plano de ação tutorial.

- d) Os professores tutores dispõem, para o planejamento e desenvolvimento da função tutorial, do assessoramento por parte dos serviço de orientação.

Os aspectos enumerados superam algumas das dificuldades tradicionais da prática tutorial. Não obstante, como são necessários, não são suficientes para um desenvolvimento pleno da tutoria. Existem outros problemas que dificultam sua implantação, como são a insuficiente formação e a falta de motivação e atitudes positivas dos professores (Zabalza, 2005, Sobrado y Santos, 2004; Álvarez González, 1995, 2005; Santana, 1997).

1.2.2.2. Os serviços de orientação internos: o departamento de orientação

Os serviços de orientação implantados nos centros denominam-se departamentos de orientação (DO). Todos os centros da educação secundária que ministram ESO e Bacharelado dispõem deste serviço. Sua implantação na educação infantil e primária só se realizou em algumas unidades (CCAA).

O departamento de orientação configura-se como um órgão de planejamento e coordenação da orientação, da função tutorial e da atenção à diversidade. Outro âmbito de atuação se relaciona com o assessoramento curricular e a promoção da inovação educativa.

Formam parte do departamento o especialista em orientação, o professor de pedagogia terapêutica e professores de distintos âmbitos disciplinares (sociolingüístico, científico e tecnológico). Se na escola se ministra Formação Profissional, se incorpor um professor da especialidade de formação e orientação laboral. Esta é a composição básica comum a todas as Comunidades Autônomas. Em função de outras peculiaridades organizativas de sistema de orientação, podem incluir outros membros, por exemplo, um especialista em audição e linguagem.

A nível funcional, as atividade estabelecidas para o especialista de orientação exigem um perfil que, sem abandonar as funções mais terapêuticas, se aproxima de um trabalho mais institucional e de apoio à melhoria da oferta educativa do centro. Nesta linha, estão presentes funções de assessoramento a nível de planejamento e desenvolvimento curricular. O perfil do orientador, expresso na normativa legal, é coerente com os modelos de intervenção de consulta e assessoramento.

1.2.2.3. Os serviços de orientação externos

Os serviços de orientação externos são herdeiros dos existentes na etapa anterior. A reorganização do sistema de orientação, de acordo com o novo modelo e marco legal, supôs sua remodelação orgânica e funcional.

Na maioria ds CCAA⁶ existen três tipos de serviços externos: as equipes gerais, as equipes específicas e as equipes de atenção preventiva/inicial. As principais diferenças, entre os três, se situam em seu nível de especialização e nas etapas educativas nas quais intervem. Todos eles atuam em unma demarcação geográfica determinada pela administração. Ao maior nível de especialização, maior é o espaço geográfico que lhe corresponde.

As equipes gerais prestam um serviço de assessoramento e apoio aos centros de educação infantil e primária. Em sua composição figuram pedagogos, psicólogos, trabalhadores sociais e, em alguns casos, especialistas em audição e linguagem e educadores sociais. Suas funções podem se agrupar as três seguintes.

- a) Colaboração nos processos de planejamento, desenvolvimento e avaliação do planejamento educativo do centro (projeto curricular de etapa, projeto educativo do centro, adaptações curriculares, plano de ação tutorial, plano de orientação acadêmica e profissional). A nível organizacional, há que sublinhar a integração de um membro da equipe no órgão do centro responsável pelo planejamento educativo. Esta medida facilita o assessoramento de caráter mais institucional.
- b) Atenção individualizada aos estudantes. Esta tarefa se vincula à avaliação psicopedagógica e ao planejamento, em colaboração com os professores, de medidas específicas de atenção à diversidade.
- c) Funções dirigidas a promover a cooperação entre os centros educativos e as famílias.

Também esempenham duas tarefas que transcendem a intervenção no centro escolar: a) a colaboração e coordenação com instituições de caráter social e sanitário, com outros centros, com centros específicos de educação especial e com outros serviços de orientação; b) a elaboração e difusão de materiais psicopedagógicos e experiências de assessoramento que sejam de utilidade para os profesoeres e as próprias equipes.

⁶ Galícia apresenta certas peculiaridades. Só existe un serviço externo de orientação que se denomina Equipe de Orientação Específica. Aglutina as funções designadas às equipos específicas e aos de atenção inicial no que respeita às especiliades de seus membros se incorpora a de orientação profissional, que não está presente em nenhuma outra CA.. As funções das equipes gerais são assumidas pelos departamentos de orientação.

As equipes de atenção preventiva centram sua atuação na educação infantil. Corresponde-lhes identificar as situações e circunstâncias de risco ou desvantagem social, a prevenção de problemáticas, o assessoramento aos professores e à família e a intervenção direta com os estudantes. Em sua composição figuram o psicólogo, o pedagogo, o trabalhador social e o especialista em audição e linguagem.

As equipes específicas se diferenciam dos anteriores em dois aspectos:

- a) Seu marco de atuação é mais amplo abarca todas as etapas do processo de ensino-aprendizagem não universitário (infantil, primária, secundário obrigatória e secundária pos-obrigatória)
- b) Tem um caráter especializado em distintos âmbitos das necessidades educativas específicas: deficiências visuais, auditivas, motora e deficiências graves do desenvolvimento.

As equipes específicas assumem funções de assessoramento e apoio aos demais serviços de orientação no âmbito de sua especialização.

1.2.3. A orientação profissional na Educação Secundária: dispositivos para seu desenvolvimento

A reforma educativa dos anos noventa, também significou um avanço, qualitativamente importante, na orientação profissional. Este progresso se manifesta, principalmente, nos instrumentos dispostos para sua aplicação. A nível de concepção da orientação profissional, se exclui uma orientação pré-profissional na educação primária. Esta omissão não é compreensível a partir da perspectiva de uma ação orientadora preventiva, processual e não discriminatória. Únicamente, o Plano de Orientação Educativa de Andalúcia faz eco desta necessidade, estabelecendo que na educação primária:

“se levarão a cabo iniciativas para que no desenvolvimento do currículo das diferentes áreas da etapa se adote um enfoque ou perspectiva vocacional, fundamentalmente, no terceiro ciclo, ressaltando a conexão com os conteúdos curriculares no mundo das profissões. Trata-se de fomentar, já a partir da educação primária um conhecimento realista das profissões, sua classificação, características, tarefas que são realizadas, necessidades sociais que cobrem etc.”

No que diz respeito aos instrumentos elaborados para levar à prática a orientação profissional, destacamos os quatro seguintes: à incorporação de matérias de orientação profissional na formação profissional e nos programas de garantia social.

- a) O estabelecimento para as etapas de educação secundária obrigatória e bacharelado de um programa específico de

orientação profissional, denominado plano de orientação acadêmica e profissional. O plano de ação tutorial integra as atividades que vão ser realizadas pelos tutores neste campo da orientação.

- b) O departamento de orientação assessora os professores no planejamento e desenvolvimento das ações de orientação que lhes compete realizar.
- c) Na educação secundária obrigatória, os professores tutores dispõe de uma hora semanal para a realização de atividades de orientação, entre as quais se inclui as de orientação profissional.

1.2.4. A profissionalização da orientação

Outra questão destacável, foi a regulação do acesso à função orientadora através da especialidade de psicologia e pedagogia. Este fato significa um passo de vital importância na identidade profissional do especialista em orientação. Com anterioridade, à habilitação para a função orientadora especializada se lograva por meio de determinadas titulações universitárias e da creditação de experiência docente: Esta foi a fórmula seguida para dotar as escolas dos serviços externos no período anterior à aplicação da LOGSE. Na atualidade, todavia alguma Comunidade Autônoma, mantém este sistema para cobrir as funções dos departamentos de orientação da educação infantil e primária.

Dentro do quadro de professores de educação secundária se criou a especialidade de especialidade de formação e orientação laboral. Suas funções se vinculam ao âmbito da orientação profissional. Se encarrega de realizar o módulo de orientação profissional dos ciclos formativos e dos programas de garantia social. Como membro do departamento de orientação, assume funções relacionadas com o planejamento, assessoramento e realização da vertente da orientação profissional destinada à inserção laboral.

1.2.5. Os desafios

Os resultados de algumas investigações evidenciam algumas deficiências do sistema que é preciso corrigir para conseguir uma orientação de qualidade e sua extensão a toda a população escolar. Sintetizamos em quatro os principais desafios da orientação no proceso de ensino-aprendizagem não universitário: a formação de orientadores e tutores; a reorientação da prática, o incremento de serviço e profissionais da orientação e a melhoria de alguns elementos organizativos.

a) A formação de orientadores e tutores.

Entre as questões que devem ser atendidas, ocupa um lugar prioritário a formação dos envolvidos nos vários níveis de intervenção: tutores e orientadores. Suas necessidades de formação já foram analisadas e expostas por diversos autores nos momentos iniciais da implantação do novo modelo institucional de orientação (entre outros, Álvarez González, 1995; Santana, 1997; Fernández Sierra, 1998).

As carencias formativas de orientadores e tutores são explicadas pela confluência de vários fatores, entre os que cabe destacar, o sistema de acesso à função orientadora, uma formação em exercício inadequada e insuficiente; e a falta de formação inicial dos professores, esta última circunstância se agrava entre os docentes do ensino secundário.

Os procedimentos arbitrados, inicialmente, para o acesso à função orientadora especializada não garantiu uma formação inicial de partida adequada. Por outro lado, a formação permanente dos orientadores não foi cuidada com o zelo preciso que requer uma formação inicial pouco coerente com os modelos de intervenção que se pretendia potencializar.

O descompasso entre a formação adquirida e as exigências derivadas das funções assumidas e a inadequação da formação em exercício seguem vigentes na atualidade. Incidem nesta situação tanto os resultados de algumas investigações (entre outras, Zabalza, 2005; Sobrado y Santos, 2004, Boza, 2005; Álvarez, 2005) como as propostas realizadas pela associações de profissionais da orientação.(entre outras, ACLLPP, 2008)..

Diante desta situação é imprescindível e urgente melhorar a formação permanente dirigida a orientadores e tutores e revisar a formação inicial dos professores. No que diz respeito aos professores do ensino secundário, o novo master, destinado à formação psicopedagógica inicial, oferece um marco adequado para incluir as competências para o exercício da função orientadora. Até agora, a formação inicial dos professores do secundário no âmbito da orientação é testemunha, em muitos casos se reduz a um módulo de 10 horas.

Além do mais a formação deve promover uma mudança de mentalidade dos professores, sobre tudo nos docentes do ensino secundário. Os que realizam docência nas etapas de educação infantil e primária se envolvem mais e têm atitudes mais positivas (Zabalza, 2005; Sobrado y Santos, 2004, Álvarez, 2005).

b) A reorientação da prática

Nos serviços de orientação continuam presentes práticas vinculadas ao modelo clínico. É necessário avançar no desenvolvimento de modelos de

intervenção mais proativos e sistêmicos, nos que a intervenção indireta seja seu eixo vertebrador.

Fazer esta transição não é uma tarefa fácil. Implica mais recursos pessoais, adotar novas estruturas organizativas e mudanças na mentalidade e preparação profissional de todos os profissionais que intervêm na tarefa educativa. Por esta razão, para assumir a reorientação da prática é necessário que se avance diante dos demais desafios que descrevemos neste texto.

A reorientação da prática também afeta a orientação profissional. Sua prática é pontual e se focaliza na informação e no assessoramento individualizado e não incorpora a dimensão não discriminatória ou não sexista (Arza, 1999). Por outro lado, não se garante sua continuidade no Bacharelado, sendo um dos fatores que explicam esta situação a ausência de um horário específico para seu desenvolvimento.

c) O incremento e extensão dos serviços de orientação

A rede de serviços externos e os departamentos de orientação existentes são insuficientes para poder assumir o amplo leque de funções que devem ser realizadas. A relação orientador/estudantes/número de centros continua sendo muito elevada⁷. Esta relação, sobretudo nos serviços externos, tem consequências a vários níveis. Em primeiro lugar produz descontentamento e insatisfação nos centros, a carga de trabalho não lhes permite atender suas demandas com prontidão e com a eficácia que seria desejável. Em segundo lugar, torna inviável que possam realizar todas as funções estabelecidas e se favorece uma intervenção mais centrada no “estudante problema” (Zabalza, 2005, Sobrado y Santos, 2004; ACCLPP, 2008).

Existem modalidades de ensino que não têm acesso aos serviços de orientação (educação de adultos, escolas de artes aplicadas e artísticas, escolas de idiomas, etc.).

Esta situação exige:

- A extensão dos serviços dos departamentos de orientação a aquelas modalidades de ensino que não dispõem dos mesmos
- O incremento dos serviços de orientação tanto externos como internos e/ou número de profissionais que os integram. No caso dos serviços externos, se trataria de reduzir o setor geográfico de sua competência.

⁷ Como exemplo na Galícia os serviços de orientação externos dispõem de seis orientadores que atendem los centros de todas as etapas do ensino não universitário da província. O número de centros total que lhes correspondería atender seriam mais de quatrocentos. Ao número de centros há de considerar sua dispersão geográfica. A distância das equipes a alguns centros pode ser superior a cem quilômetros.

- A criação de departamentos de orientação nos centros de educação infantil e primária. Esta é uma opção que já estão considerando algumas Comunidades Autônomas. Esta medida permitiria contornar algumas deficiências de funcionamento dos serviços externos.

d) A melhoria de algumas questões organizativas

Outro dos desafios, se refere a questões de caráter organizativo, detectadas no funcionamento da tutoria e nos serviços de orientação. Neste sentido, se aponta as seguintes questões a resolver:

- Melhorar a coordenação entre os serviços externos e os departamentos de orientação e entre os departamentos de orientação e os demais departamentos didáticos do centro.
- Incorporar uma hora de tutoria para a atenção individual do estudante.
- Disponer um horário específico para a tutoria naquelas etapas e modalidades que não dispõe do mesmo. Esta medida é especialmente urgente no Bacharelado. A função tutorial nesta etapa tem um escasso desenvolvimento e se limita a suas funções mais burocráticas. A consequência é que se rompe o princípio da continuidade da orientação. O fator tempo, neste caso, é uma primeira condição necessária para o exercício da função tutorial.
- Incentivar a função tutorial com medidas que impliquem no reconhecimento na carreira profissional dos docentes.
- Dinamização do trabalho em equipe dos componentes do departamento de orientação

2. A orientação no Ensino Universitário

A institucionalização da orientação na educação universitária é um fenômeno recente, porém em crescente expansão. Atualmente, está sendo objeto de uma maior consideração e valoração como fator de qualidade. Para ele têm contribuído distintos fatores, sendo os mais importantes os processos de avaliação institucional e, especialmente, o processo de criação do Espaço Europeu de Educação Superior (EEES).

No desenvolvimento da orientação podem ser identificadas as seguintes características (Vieira y Vidal, 2005, 2006; Sánchez y otros, 1998):

- a) Os serviços e a tutoria são os dois dispositivos adotados para veicular a orientação no ensino universitário. Os serviços foram os primeiros a serem implantados e os que alcançaram um maior nível de generalização. O interesse pela tutoria é muito mais recente e se manifesta na revisão da

prática tutorial vinculada à docência e na incorporação de novas modalidades e figuras tutoriais.

- b) A inexistência de uma legislação que regulasse sua organização e funções. Este fato explica a heterogeneidade que se observa na organização dos serviços de orientação. Como consequência desta falta de regulação, seu desenvolvimento depende, em grande medida, à sensibilidade dos responsáveis pelo governo de cada Universidade.
- c) Na década dos anos 70 foram criados os primeiros serviços de orientação, conhecidos como Centros de Orientação e Informação para o Emprego (COIE). Como se expressa em sua denominação seu âmbito de atuação é a orientação para a inserção laboral.
- d) Na década de 80 e dos anos 90 produziu-se a expansão mais importante dos serviços de orientação que se somam aos tradicionais COIEs. Estes novos serviços não apresentam homogeneidade, nem nas funções que desenvolvem, nem nas atividades que realizam. Aos finais desta mesma década e ao amparo dos planos de melhoria, gerados a partir da avaliação das titulações, começam a implantar-se os primeiros planos de ação tutorial (PAT). Nos últimos anos os PAT se generalizaram na maioria das universidades.
- e) Apesar da existência de serviços de orientação, os resultados de algumas investigações (LLorent, 2005; Guerra, 2005) evidenciam a persistência de necessidades de orientação entre os estudantes, o desconhecimento da ajuda que podem prestar-lhe os serviços de sua universidade e a escassa utilização que fazem dos mesmos. Os resultados do Plano Nacional de Avaliação da Qualidade das Universidades 1996-2000 (CCU, 2003) incidem, por um lado, na insatisfação com a informação e orientação que recebe os estudantes. Por outra, se indicam aspectos que irão melhorar: a informação que se proporciona aos estudantes durante sua carreira; os serviços de informação e orientação, especialmente na coordenação das distintas instâncias e no conhecimento dos mesmos por parte dos estudantes; a atenção tutorial e a orientação dos estudantes ingressantes.
- f) Atualmente, a criação do EEES oferece uma importante oportunidade para a revisão dos sistemas e atividades de orientação que são realizadas na universidade e para o planejamento de um sistema de apoio e orientação ao estudante integrado⁸. A orientação se contempla como um dos critérios do sistema de garantia de qualidade das titulações.

⁸ Um dos nove critérios ou fatores do sistema de garantia de qualidade das titulações (SGCT) faz referência às ações para orientar os alunos. Em sua descrição se incide o caráter contínuo da orientação e se assinalam los momentos ou âmbitos nos quais ha de centrar a oferta orientadora: estudantes de novo ingresso, atenção à diversidade, configuração do itinerário acadêmico, orientação para a inserção

2.1. Los servicios de orientación.

A modalidade de intervenção com mais tradição nas universidades espanholas são os serviços de orientação. Na atualidade, todas as universidades dispõem destes serviços. As funções e atividades que desenvolvem são muito variáveis entre si. Não obstante, dentro de sua heterogeneidade se podem identificar algumas tendências e características comuns (Sánchez y otros, 2008⁹)

- a) O âmbito que recebe mais atenção é a vertente da orientação profissional vinculada à inserção laboral¹⁰. Neste campo se realiza um amplo leque de atividades que apresentamos ordenadas de mais a menos segundo seu nível de presença ou realização:
 - Informação sobre saídas profissionais das titulações.
 - Informação sobre o mercado de trabalho e sobre ofertas de emprego
 - Bolsa de trabalho, pre-seleções para empresas, e finalmente, intermediação laboral.
 - Orientação e formação para o emprego (técnicas de busca de emprego, auto-emprego)
 - Assessoramento para o desenvolvimento da carreira, sobre todo o planejamento da carreira e a tomada de decisões profissionais
 - Gestão de Práticas em empresas para os estudantes e de bolsas de emprego para os egressos.
- b) A orientação e informação acadêmica é o segundo âmbito em importância, sendo a orientação pessoal a menos desenvolvida (algo mais da metade das universidades não realizam nenhuma atividade neste âmbito).

laboral. Em coerência com o SGCT, no desenho dos novos títulos têm que estabelecer-se as ações de orientação e apoio que se vão a ofertar aos estudantes desde o início até a finalização dos estudos.

⁹ No estudo de Sánchez e outros (1998) se analisaram os serviços de 66 universidades que representam el 90% das universidades espanholas

¹⁰ O desenvolvimento deste âmbito da orientação se explica, em parte, pela consideração da inserção como indicador de eficácia do ensino superior e pela competitividade entre as universidades por incrementar e apoiar seus estudantes, este tipo de serviços as tornam mais atrativas para o estudante. Outro fator é a expansão, a partir de 1998, da rede de serviços de orientação das oficinas de emprego. Através de convênios com a administração laboral, as universidades se dotaram de unidades que assumem funções de orientação, intermediação laboral e assessoramento para o autoemprego. Estas unidades formam parte da rede de centros colaboradores das agências de emprego. A administração assume os gastos de contratação de pessoal técnico.

- c) Na área de orientação e informação acadêmica predominam as funções de informação, seja sobre ofertas formativas em geral ou sobre a própria universidade. Uma de cada duas universidades oferece assessoramento personalizado para a tomada de decisões na escolha dos estudos e na formação de pós-graduação.
- d) Em orientação pessoal se desenvolvem programas sobre habilidades sociais, educação para a saúde, educação sexual, etc. Em torno de 30% dos serviços de orientação oferecem atenção psicológica personalizada.
- e) A metodologia se baseia principalmente no modelo de serviços, onde ganham importância as novas tecnologias como ferramentas de informação e auto consulta.
- f) Os destinatários potenciais dos serviços são bastante diversos. Além dos estudantes, inclui as empresas, os professores, os institutos de ensino secundário, os familiares dos alunos e o pessoal de administração e serviços da própria universidade. Os estudantes dos últimos anos dos cursos e os recém titulados são os que mais utilizam os serviços. A atenção aos estudantes dos primeiros anos e da educação secundária é muito limitada.
- g) Os recursos humanos são bastante diversos, tanto na dotação de pessoal, como quanto a sua formação inicial, nem sempre com base psicopedagógica.

2.2. *La tutoría universitaria*

A tutoria universitária está em um processo de mudança e adaptação das novas exigências da reforma implícita no EEES. Estamos assistindo a ampliação das atividades e funções da função tutorial dos professores.

A Lei Orgânica de Universidades de 2001 (LOU), em seu artigo 42e, reconhece o direito dos estudantes “*ao assessoramento e assistência por parte de professores e tutores no modo em que se determine*”. Com anterioridade, o informe Universidade 2000¹¹ propõe a criação da figura do professor/a assessor/a que se encarregaria de tutelar um grupo de estudantes. Sua função básica é lograr que os estudantes alcancem mais facilmente seus objetivos acadêmicos.

As Universidades estão apoiando o desenvolvimento da tutoria com duas medidas: a formação dos professores e a inclusão dos planos de ação tutorial

¹¹ O Conselho de Reitores das Universidades Espanholas, encarregou aos finais de 1998, oito especialistas para elaborar um informativo com la finalidade de analizar a situação atual da universidade. Este informe también se conoce com o nome de Informe Bricol. Pode ser consultados <http://www.crue.upm.es/informeuniv.2000.htm>

dentro das ações de inovação. Um estudo recente (González Sanmamed, 2006) revela o alcance destas atuações. 60% das universidades espanholas oferta atividades de formação sobre tutoria e sobre o plano de ação tutorial. 40% inclui dentro dos editais de projetos de inovação, a elaboração e execução de planos de ação tutorial.

2.2.1. A tutoria acadêmica ou docente

A Lei Geral de Educação de 1970 reconhecia a função tutorial dos professores universitários. No artigo 37.3. registrava que se estabelecerá “ *um regime de tutorias para que cada professor atenda a um grupo limitado de alunos, a fim de tratar com eles o desenvolvimento de seus estudos, ajudando-lhes a superar as dificuldades de aprendizagem e recomendando-lhe as leituras, experiências e trabalhos que considerem necessários. Nesta tarefa se estimulará a participação ativa de alunos de cursos superiores*”

A normativa posterior estabelecia um horário semanal de seis horas para o exercício desta função. Alguns autores, opinam que a figura da tutoria estaria relacionada com o controle da permanência dos professores no centro. Não se pretendia a implantação e desenvolvimento de um regime de tutorias com funções orientadoras. De fato, não se regularam, nem seu conteúdo, nem suas funções. (Escuín y otros, cit por Pérez Boullosa, 1998)

Passados mais de 30 anos, os informes de avaliação das titulações revelavam o escasso uso da tutoria por parte dos estudantes e a insatisfação que este fato produziam nos professores. A tutoria era um ponto fraco na imensa maioria das titulações.

As investigações sobre tutoria identificavam uma prática tutorial pontual, exercida em momentos muito pontuais, antes e depois dos exames; focalizada na clarificação de dúvidas relacionadas com os conteúdos e em questões relacionadas com a avaliação. Trata-se de uma prática reativa gerada a partir da demanda dos estudantes (Zabalza, 2005).

Para Álvarez Rojo (2001) esta prática está associada ao predomínio de metodologias de tipo expositivo, que limitam as possibilidades da tutoria à resolução de dúvidas sobre a informação proporcionada. O uso que os estudantes fazem da tutoria depende, em grande medida, à metodologia docente. As propostas de trabalho abertas à indagação ou que concedem margens de decisão aos estudantes incrementam as necessidades de ajuda e supervisão por parte dos professores.

O novo cenário, debilhado pelo processo de convergência para o Espaço Europeu de Educação Superior, demanda uma renovação da prática tutorial que seja coerente com o novo modelo de ensino, caracterizado por maior protagonismo e autonomia dos estudantes e pela utilização de metodologias e

técnicas de avaliação coerentes com as competências a adquirir por parte dos estudantes. Desta forma, frente a uma tutoria reactiva e pontual se necessita de uma proativa e planejada. A função tutorial se converte em uma estratégia didática mais, encaminhada ao apoio da aprendizagem, à individualização do ensino e à integração da dimensão formativa da avaliação no processo de aprendizagem.

2.2.2. Os planos de ação tutorial

Na tutoria universitária podem diferenciar-se dois níveis de intervenção, a tutoria docente e a ação tutorial específica. São dois níveis necessários e complementares.

O plano de ação tutorial¹² estabelece para a ação tutorial específica, os objetivos, das atividades a desenvolver com os estudantes os objetivos e instrumentos de avaliação. Também se definem os componentes organizativos, relativos à coordenação entre tutores (responsável, número de reuniões e objetivos das mesmas) e os procedimentos para a designação e distribuição de tutores e estudantes. Os planos de ação tutorial dão origem a novas figuras e modalidades de tutoria, distintas da tutoria de matéria ou docente. Sua finalidade é atender às necessidades de orientação características dos distintos momentos da trajetória univesitária.

Os planos de ação tutorial surgem ao final da década de noventa, à raiz da avaliação institucional das titulações. Na atualidade, são maioria as Universidades que ofertam este tipo de ação orientadora. Na investigação de Sánchez y otros (1998) se detectou a existência de planos de ação tutorial em 60% das universidades, só em 41% destas o sistema está generalizado a toda as faculdades e escolas.

O desenvolvimento de planos de ação tutorial tem gerado um importante volume de material para a prática tutorial (manual do tutor, fichas de acompanhamento dos estudantes, guias para as atividades grupais, guia de entrevistas, questionários para a avaliação, etc.).

Em geral, os planos de ação tutorial apresentam as seguintes características:

- A figura tutorial mais frequente é o tutor de um grupo de alunos. A relação estudante/tutor é muito variada. Podemos encontrar titulações com 50 estudantes por professor e outras com uma relação de 2 estudantes.

¹² Nos seguintes endereços eletrônicos podem ser consultados exemplos de planos de ação tutorial de distintas titulações e materiais para a prática da ação tutorial: <http://www.ub.edu/tutorsub/manual>; <http://www.ugr.es/~patquim> <http://www.uv.es/incorporaciouu/integracion/indexsp.html>; http://www.ugr.es/~vic_plan/formacion/ato/PATs.html <http://www.acciontutorial.com/plan-presentacion.htm>

- Em alguns planos de ação tutorial se incorporam tutores especializados em distintos âmbitos (tutores de inserção laboral, tutores para estudantes de mobilidade, etc.) e os tutores estudantes.
- A participação no plano de ação tutorial é voluntária, tanto para o estudante, como para os professores.
- A tutoria pode ter um alcance acadêmico, pessoal ou profissional.
- A maioria dos planos de ação tutorial se dirigem aos estudantes de novo ingresso; seu objetivo é facilitar a integração na vida universitária.
- As atividades podem ser de pequeno grupo, individuais e de grande grupo.
- No que respeita ao reconhecimento do labor tutorial, algumas universidades computam esta atividade na carga docente dos professores.

2.3. Os desafios

À vista da situação atual da orientação na educação universitária, consideramos como desafios ou ações prioritárias as cinco seguintes:

- a) Impulsionar um sistema de orientação integrado e integral. Um sistema integrado se caracteriza pela inclusão dos distintos agentes e ações orientadoras e por um funcionamento coordenado dos mesmos; os serviços de orientação, os planos de ação tutorial e tutoria de matéria constituem os três pilares básicos deste sistema.; sua planificação deve partir de um marco global compartilhado pela instituição e concretado, posteriormente, nas necessidades específicas do centro. O caráter integral ou compreensivo de sistema implica abordar todas as dimensões da orientação, a pessoal, a acadêmica e a profissional.
- b) A extensão e consolidação dos planos de ação tutorial, já que constituem um instrumento para a veiculação de uma orientação mais próxima aos estudantes mais arraigada em suas necessidades e especialmente indicada para os estudantes de novo ingresso ou iniciantes.
- c) A renovação da tutoria docente no marco das coordenadas já descritas.
- d) Promover a profissionalização da função orientadora. À vista das características do pessoal dos serviços de orientação e da limitação observada nas áreas de orientação acadêmica e pessoal, é evidente a conveniência de promover sua formação permanente e sua especialização. Também tem que atender-se às necessidades de formação dos professores no âmbito da ação tutorial.

- e) Em uma perspectiva de qualidade do ensino universitária, é fundamental, aproximarmos a qualidade da orientação proporcionada nos serviços e nos centros. Nesta linha de atuação, é imprescindível a elaboração de um sistema de indicadores de qualidade e a identificação e difusão de boas práticas que sirvam de referencial para a organização dos serviços e para a elaboração da ação orientadora.

Para terminar. Até aqui, temos descrito a situação e alguns dos desafios que tem enfrentado a orientação no sistema educativo espanhol. É óbvio, que a orientação tem alcançado cotas de institucionalização como nunca se haviam logrado anteriormente. Não obstante, todavia fica um largo caminho por percorrer. Neste caminhar, de um modo ou outro, estão implicadas muitas pessoas e instituições os responsáveis pelas administrações competentes no tema, os profissionais da orientação, os professores e as instituições com responsabilidades na formação dos atuais e futuros profissionais da orientação. Com a contribuição de todos, é possível que o caminho se faça mais curto e, sobretudo, mais fácil de percorrer.

Referencias bibliográficas

- Álvarez González, M. (1997) La formación de orientadores y tutores. En Álvarez, M. y Bisquerra, R (Cords.). *Manual de Orientación y tutoría*. Barcelona: Praxis
- Álvarez González, M.(2005). *Los modelos de orientación en España: Presente y futuro*. *Revista Española de Orientacion y Psicopedagogia*, vol. 16, nº 1, 1; 147-162.
- Álvarez Pérez, P. (2002). *La función tutorial en la universidad. Una apuesta por la mejora de la calidad de la enseñanza*. Madrid: Editorial EOS.
- Álvarez Rojo y otros (1992b) El perfeccionamiento de los orientadores en ejercicio en el contexto de la Reforma una cuestión pendiente. *Curriculum*, 5, 85-106
- Álvarez Rojo y otros (1993). La organización de los servicios de orientación educativa en Andalucía. *Enseñanza*, 10-11; 259-284.
- Álvarez Rojo, V. (2008). *Gestión de la calidad en orientación*. En Etxeberria, F. y otros (Coord.). *Convivencia, Equidad y Calidad*.(97-127) AIDIPE: Donostia
- Arza, N. (1995). La formación en ejercicio de los orientadores de la enseñanza secundaria. (1988-1995). *Actas VII Seminario Nacional de Modelos de Investigación Educativa* (419-421).Valencia: AIDIPE,.
- Arza,N. (1997): *Coordenadas contextuais e praxe dos orientadores e orientadoras do ensino meido e secundario en Galicia*. Tesis doctoral Universidade da Coruña.

- Arza, N. (1998). Aspectos organizativos e funcionais da orientação no ensino secundario. En Sobrado, L. (Edit). *Estratexias de orientación psicopedagóxica no ensino secundario* (37-95). Santiago: Laiovento
- Arza, N. (1999). Orientación profesional no ensino secundario: da teoría a praxe. Actas del IV Congreso Galaico –Portugués de Psicopedagogía (150-172). Braga: Universidad de Braga.
- ACLPP (2008). Los servicios de orientacion en el ámbito educativo no universitario de Castilla León. Aportaciones de la Asociación castellano leonesa de Psicología y Pedagogía. Disponible en [http://www.aclpp.com/userimages/INFORME%20ORIENTACION%20\(SALAMANCA\).pdf](http://www.aclpp.com/userimages/INFORME%20ORIENTACION%20(SALAMANCA).pdf)
- Pérez Boullosa, A. (1998). Orientacion en la Universidad: un análisis para la reflexión. En De Salvador, X. y Rodicio, M.L.(Coords.). *¿Para onde camiña a orientación?*. A Coruña:Universidade da Coruña.
- Boza, A. (2005). La orientación en educacion secundaria: una perspectiva cualitativa desde los orientadores. *Revista Española de Orientación y Psicopedagogia*, vol. 16, nº 1, 1; 129-146.
- Coriat Benarroch, M. (Edit.) (2004). PATs 2003-2004 en la Universidad de Granada. Granada: Universidad de Granada. CD-ROM. Ao dispor en http://www.ugr.es/~vic_plan/formacion/ato/PATs.html.
- CCU. (2003) Informe global (1996-2000).Plan Nacional de Evaluación de la Calidad de las Universidades. Madrid: Secretaria General Técnica
- Escudero, J. M. y Moreno J.M. (1992). *El asesoramiento a centros educativos. Estudio evaluativo de los Equipos Psicopedagógicos de la Comunidad de Madrid*. Madrid: Consejería de Educación.
- Fernández Sierra, J. e Carrión Martínez, J. J. (1998) La formación de los profesionales de la orientación. En Bisquerra, R. (Coord.) *Modelos de orientación e intervención psicopedagógica*. (415-425). Barcelona: Editorial Praxis.
- García Nieto, N. (Dir.) (2004). *Programa de formación del profesorado universitario para la realización de la función tutorial dentro del marco del Espacio Europeo de Educación Superior (EESS)* Madrid. MECD) <http://www.mec.es/univ/proyectos2005/EA2005-0027..pdf>
- González Sanmamed, M. (dir) (2006). Análisis de las iniciativas de formación y apoyo a la innovación en las universidades españolas para la promoción del proceso de convergencia Europea. Informe de Investigación
- Luego González, R. e outros (2004). *El plan de acción tutorial en la UEX*. Cáceres: Universidad de Extremadura

- Menéndez Martín, E. (1998). Equipos Psicopedagógicos en La Comunidad Autónoma Gallega: Análisis de su situación. Santiago: Tórculo Ediciones.
- Michavila, F y García, J. (Eds) (2003) La tutoría y los nuevos modos de aprendizaje en la Universidad. Madrid: Cátedra UNESCO de Gestión y Política universitaria
- Rincón, B. (2005). *Tutoría universitaria en la Convergencia Europea*. Murcia: ICE. Universidad de Murcia. Colección Minor. Formación e Innovación Educativa.
- Rodríguez Espinar, S. (2004) (coord.). Manual de tutoría universitaria: Recursos para la acción. Barcelona: Octaedro/ICE/UB.
- Rodríguez Espinar, S. (Coord.) (2001) *Tutoría universitaria. Una guía práctica*. Disponible en <http://www.ub.edu/tutorsub/manual>
- Sánchez García, M. F. y otros (2008): Situación de los servicios de orientación universitaria: estudio descriptivo. *Revista de Educación*, 345; 329-352.
- Santana; L. (1997) La formación del profesorado en su función tutorial: una de las asignaturas pendientes de la reforma educativa. En Álvarez, M. y Bisquerra, R. *Manual de Orientación y tutoría*. Barcelona: Praxis
- Sobrado, L. e Santos M. (2004) *Orientación Escolar e acción titorial en Galicia. Informe sobre o estado e a situación do sistema educativo en Galicia*. Santiago: Consellería de Educación e Ordenación Universitaria.
- Torrego Egido, L. (2005). *El Proceso de aprendizaje en el marco del espacio europeo de educación superior. Implantación de un programa de tutorías personalizadas y desarrollo de una metodología basada en la enseñanza mediante proyectos de aprendizaje tutorado en las titulaciones del campus de Segovia de la Universidad de Valladolid*. Madrid: MECED.. Disponible en <http://www.mec.es/univ/proyectos2005/EA2005-0133..pdf>
- Universidad Politécnica de Valencia .Cuaderno del Profesor Tutor. En <http://www.ice.upv.es/marco/c/marco.htm>
- Valverde, A; García, E. e Romero, S. (2001).Desarrollo de un sistema de alumnos mentores en la Universidad de Sevilla. *Revista de Investigación Educativa* 19, 2, 626-637
- Vicerrectorat de Docencia e Extensió Universitaria (2003). *Manual del Tutor de la Universidad Politécnica de Cataluña*. En <http://www.ice.upc.es>
- Vidal, J.; Diez,G. y Vieira, M.J. (2001)La oferta de los servicios de orientación en las universidades españolas: innovación y ajuste a las necesidades de la comunidad universitaria. Disponible en <http://www3.unileon.es/dp/amide/inves/publi/Servori.pdf>



- Vieira; M. J. Vidal, J. (2005). La consideración del sistema de orientación a estudiantes universitarios en la evaluación institucional española. *Revista de Investigación Educativa*, 23, 2, 547-571.
- Vieira; M. J. Vidal J. (2006). Tendencias de la educación superior europea e implicaciones para la orientación universitaria. *Revista Española de Orientación y Psicopedagogía*, 17,1, 76-79.
- Zabalza, M. (2004) *La tutoría en la Universidad: situación actual y propuestas de mejora*.
- Zabalza , M. (2005). *La educación especial en Galicia: análise da situación actual e propostas de futuro*. Santiago de Compostela: Unidixital.

Recebido em fevereiro de 2009. Aceito em junho de 2009.

Contato: arza@udc.es